



FECTRANS



FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS
DE TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

www.fectrans.pt

fectrans@fectrans.pt



Comunicado Sector Ferroviário - 01/2018 - 20/08

AS CAUSAS, AS CONSEQUÊNCIAS E OS RESPONSÁVEIS

A situação vivida na CP e tão noticiada na comunicação social, **não é um acaso, é a consequência de um longo processo, de algumas décadas, que tem como objectivo a transformação do serviço público** e com características sociais, em mais um negócio para os grupos económicos.

Desde meados dos anos oitenta os governos do PS+PSD; PSD; PS; PSD+CDS/PP; PS; PSD+CDS/PP e agora pelo governo minoritário do PS.

Se este processo de destruição do caminho de ferro público não está já concretizado, deve-se à forte resistência dos trabalhadores, na qual o SNTSF/FECTRANS esteve sempre na primeira linha, procurando alargar a unidade na acção.

CRONOLOGIA DE ALGUNS ACONTECIMENTOS

- A partir de meados dos anos oitenta começou a desenvolver-se a teoria de que não dá lucro fecha-se e, com isso mais de 1 000 km de via, centenas de estações e ramais foram encerrados;
 - A partir de 1992 começou o processo de separação da CP, em diversas empresas – EMEF, TEX, FERNAVE, ECOSAÚDE e já no final a década a REFER;
 - Neste período foram desenvolvidas várias tentativas de destruição da contratação colectiva, globalmente sem sucesso;
 - Também neste período começa a redução de trabalhadores através das chamadas “rescisões amigáveis”;
 - Procedeu-se à divisão da CP em unidades de negócio, com autonomia quase total, para criar as condições para a privatização das partes rentáveis da empresa;
 - Já neste século esta ofensiva continuou com a política de abate de material e de continuação de redução de trabalhadores de forma mais drástica, que se reflecte no encerramento de serviços e outros com falta de trabalhadores;
 - Já no período de intervenção da “troyka” foi decidida a fusão das REFER com as Estradas de Portugal, de que resultou a IP, processo consolidado pelo actual governo do PS;
 - Também nesse período esteve em curso a privatização da CP-Carga, processo finalizado pelo actual governo do PS e a privatização da EMEF processo abortado;
- E a consequência é esta, um serviço ferroviário cada vez mais irregular, apesar do Ministro dizer que está tudo bem e numa situação que vai piorar nos tempos próximos. ➔



SNTSF - Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário
o sindicato da FECTRANS/CGTP-IN no sector ferroviário
SINDICALIZA-TE e a tua luta ganha mais força

se quiser a informação da FECTRANS por email, inscreva-se em www.fectrans.pt



HÁ SOLUÇÕES

São precisas medidas concretas que, de imediato passam por colocar a circular todo o material circulante imobilizado e, para isso, é preciso pôr a EMEF a funcionar em toda a plenitude e com todos os estabelecimentos oficiais que existem.

- ➔ **Dotar a EMEF dos trabalhadores que faltam (que são muito mais que os 40 anunciados pelo governo, porque dos 102 anunciados 62 já estão na empresa, embora com vínculos precários);**
- ➔ **Dotar a EMEF dos meios necessários para, em tempo útil, adquirir peças e materiais necessários para a manutenção e conservação do material circulante.**

Para o futuro são precisas outras medidas que pas- sam:

- ➔ **Por colocar todo o sector ferroviário debaixo de um comando único;**
- ➔ **Desenvolver um plano de investimentos na infraestrutura co o objectivo de levar os comboios da CP pública aonde é necessário ir, de modo a contribuir para a harmonização do País;**
- ➔ **Adquirir novos comboios num plano integra- do de desenvolvimento da industria nacional, para que parte significativa desse inves- timento seja injectado na economia nacional e, para isso, defendemos o desenvolvimento de valências de construção na EMEF;**

Tudo isto deve ser desenvolvido num quadro de um Plano Nacional de Transportes, assente num proces- so de complementaridade entre os diversos modos de transportes.

UNIR E ORGANIZAR A RESISTÊNCIA

Tal como no passado, a luta dos trabalhadores e utentes é determinante para defender o cami- nho de ferro público.

No plano dos trabalhadores a unidade de todos é preciso e, foi nesse sentido que reunimos no passa- do dia 1 de Agosto com diversas organizações de trabalhadores, **que aprovou uma declaração con- junta na base da qual está em desenvolvimento um plano de trabalho.**

Outras que não estiveram presentes, vieram a ade- rir ao documento que continua aberto a novas de adesões, para nesse espaço podermos discutir a partir das divergências, as linhas comuns de acção e de mobilização dos trabalhadores.

A vida recente demonstrou que quando nos uni- mos obtemos resultados. Foi assim no proces- so do Agente Único e foi assim na revisão do RC da CP de que resultou o acordo de Fevereiro passado.

Perante o anúncio de greves na CP para os próxi- mos dias, só temos que referir que respeitamos a autonomia de cada uma das organizações, **mas não podemos apoiar aquilo que não quiserem discutir connosco e apelamos aos trabalhado- res ferroviários, para se unirem num amplo movimento de acção, conforme estamos a ten- tar construir, porque todos juntos temos mais força.**

AS NOTÍCIAS E OS DESMENTIDOS

Também recentemente fomos confrontados com notí- cias de rescisões de 4 alto quadros, em idade de reforma, com indemnizações na ordem dos 100 mil euros.

O governo não pode lavar as mãos destes assuntos, até porque quando se trata de negociar salários, mobilizam 3 ministérios e qualquer centímo de aumento tem que se objecto de decisão ministerial.

Não pode ser sacrifícios para uns e mordomias para outros.

A PRODUTIVIDADE DOS MINISTROS

- Desde finais de Maio, que 40 trabalhadores da EMEF e 41 da IP aguardam que os Ministros do Planeamento e das Infraestruturas, o Ministro do Trabalho e o Ministro das Finanças façam a homologação dos processos dos trabalhadores que fizeram o requerimento para o PREVPAP e viram os mesmos serem aprovados no âmbito do CAB- Comissão de Acompanhamento Bilateral.



Com isto, trabalhadores da EMEF que têm todo o direito a verem o seu vínculo precário transformado em vínculo efectivo vêem-se obrigados a estarem a fazer novos concursos para serem admitidos num lugar a que têm direito e outras na IP continuam com a incerteza no futuro.

Trabalham depressa estes Ministros!